

CAPÍTULO 3

ONZE TESES POR OCASIÃO DE MAIS UMA DESCOBERTA DE PORTUGAL

1. Portugal é um país inteligível.

Portugal é geralmente considerado, tanto por estrangeiros como pelos próprios portugueses, um enigma, uma sociedade paradoxal. Ainda recentemente Hans Magnus Enzensberger se perguntava como é que Portugal, sendo um dos países menos desenvolvidos da Europa, é capaz de tanta utopia (do sebastianismo à revolução de 25 de Abril de 1974), a tal ponto que seria certamente uma grande potência numa “Europa dos desejos” (1987). Muito antes dele, há pouco mais de cem anos, Antero de Quental, exclamava num tom ainda mais pessimista: “nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre” (1982:264).

Apesar de ser um país europeu e de os portugueses serem tidos por um povo afável, aberto e sociável, é Portugal considerado um país relativamente desconhecido. Apesar de ser um país com longa história de fronteiras abertas e de “internacionalismo” – das descobertas dos séculos XV e XVI à emigração dos anos sessenta –, é considerado um país exótico, idiossincrático. Desconhecimento e exotismo são, pois, temas recorrentes quando se trata de propor uma apreciação global do país e do seu povo. Geralmente crê-se que o exotismo é a causa do desconhecimento. Eu avanço a hipótese oposta, a de que o exotismo é um efeito do desconhecimento. Por outras palavras, sabe-se pouco sobre Portugal e, por isso, se considera ser Portugal um país relativamente exótico.

2. Enquanto objectos de discursos eruditos, os mitos são as ideias gerais de um país sem tradição filosófica nem científica. O excesso mítico de interpretação é o mecanismo de compensação do défice de realidade, típico de elites culturais restritas, fechadas (e marginalizadas) no brilho das suas ideias.

A partir do século XVII, Portugal entrou num longo período histórico dominado pela repressão ideológica, a estagnação científica e o obscurantismo cultural, um período que teve a sua primeira (e longa) manifestação na Inquisição e a última (assim esperamos) nos quase cinquenta anos de censura salazarista. A violação recorrente das liberdades cívicas e a atitude hostil à razão crítica fez com que acabasse por dominar a crítica da razão geradora dos mitos e esquecimentos com que os portugueses teceram os seus desencontros com a história.

O desconhecimento de Portugal é, antes de mais, um autodesconhecimento. O Encoberto é a imagem da ignorância de nós mesmos reflectida num espelho complacente.

O excesso mítico da interpretação sobre a sociedade portuguesa explica-se em grande medida pela reprodução prolongada e não alargada de elites culturais de raiz literária, muito reduzidas em número e quase sempre afastadas das áreas de decisão das políticas educacionais e culturais. Tenderam, assim, a funcionar em circuito fechado, suspensas entre o povo ignaro, que nada tinha para lhes dizer, e o poder político autoconvencido, que nada lhes queria dizer. Não tiveram nunca uma burguesia ou uma classe média que os procurasse “trazer à realidade”, nunca puderam comparar ou verificar as suas ideias, e tão pouco foram responsabilizados pelo eventual impacto social delas. Sem termos de comparação e sem campo de verificação, acabaram por desconfiar das “ideias aplicadas” (como dizia Tocqueville dos franceses) e de quem, déspota ou povo, as pudesse aplicar. A marginalidade social irresponsabilizou-as. Puderam dizer tudo impunemente sobre Portugal e os portugueses e transformar o que foi dito, numa dada geração ou conjuntura, na “realidade social” sobre a qual se pôde discorrer na geração ou na conjuntura seguinte. A hiperlucidez nunca foi mais que uma cegueira iluminada, e a cegueira das elites culturais produziu a invisibilidade do país.

3. A “Pátria” não “está doente” nem “precisa de cura psiquiátrica”.

As práticas sociais têm sempre uma dimensão simbólica. À força de repetição e inculcação, os mitos sobre a sociedade portuguesa são parte da nossa realidade social e como tal devem ser analisados. Na segunda metade do século XIX e nos princípios do século XX nasceram nos países desenvolvidos da Europa as ciências sociais. Fundadas criticamente no pensamento social e político iluminista do século XVIII, tinham por vocação desmitificar e desmistificar as crenças sociais até então aceites como pensamento rigoroso de uma forma de pensar sem rigor (o senso comum). É certo que cada teoria social proposta era de per si algo arbitrária, e nessa medida não podia deixar de criar algum novo mito no processo de destruir os existentes. No entanto, esses novos mitos, fossem eles a indústria de Saint Simon, o espírito positivo de Comte, a consciência colectiva de Durkheim, a racionalidade de Max Weber, o socialismo de Marx ou o inconsciente de Freud, eram, também, mitos novos, porque se aceitavam em concorrência com outros mitos, e nessa medida continham em si os seus contrários. E também porque, conservadores ou progressivos, não eram reaccionários: pressupunham e aceitavam

a fervilhante dinâmica social do tempo e não se coíbiavam de ser confrontados com a realidade que lhes sobrasse.

Verdadeiramente desmitificador e desmistificador foi o conjunto das ciências sociais e não nenhuma delas de per si. Esse conjunto evoluiu orgânica e equilibradamente (ainda que com alguns sobressaltos) nos países centrais. Não foi o caso nos países periféricos ou semiperiféricos, como Portugal. Os começos exaltantes da geração de Coimbra foram asfixiados pela mesma (e sempre diversa) repressão censória que, com algumas interrupções, havia de dominar os cem anos seguintes da nossa bloqueada modernidade. Os primeiros e, durante muito tempo, os únicos estudos sociológicos empíricos sobre a sociedade portuguesa foram realizados por sociólogos estrangeiros. Por sua vez, Salazar identificava sociologia com socialismo, ao mesmo tempo que nos países desenvolvidos a sociologia desempenhava um papel crescente na consolidação social do capitalismo.

Terminada (definitivamente?) a repressão com a revolução de 25 de Abril de 1974, criaram-se algumas condições para o desenvolvimento, tão tardio quanto urgente, das ciências sociais. Seria, no entanto, um começo difícil e de gestação lenta, sobretudo para as ciências sociais, que faziam depender as suas análises de trabalho empírico sempre complexo e quase sempre caro. Nestas circunstâncias, era de prever que tomasse a dianteira a ciência social mais arbitrária, a psicanálise, uma ciência, aliás, duplamente arbitrária quando transposta (por culpa do próprio Freud) da análise do indivíduo social para a análise da sociedade-enquanto-indivíduo. A análise arbitrária duplica o mito, mesmo quando é sua intensão desmontá-lo. Assim sucedeu com os nossos psicanalistas-sociais, muitos e de vários matizes.

Não obstante o brilho sedutor de algumas análises, o arbitrário que as habita reside em que, nelas, Portugal é, por antonomasia, o analista. Este investe-se da qualidade de informador privilegiado, único e universal, (um procedimento inaceitável nas ciências sociais menos arbitrárias). O que ele diz de nós só a ele respeita mas, ao transformar-se em universo, marcaniza-nos, e é por isso que somos considerados loucos e a precisar de cura psiquiátrica.

4. Portugal é um país único, integrado num sistema mundial constituído por muitos países, todos únicos. As ciências sociais são imprescindíveis na determinação de tal unicidade.

Como só há um sistema mundial, não é possível fazer comparações com outros sistemas que lhe sejam exteriores. Sendo assim, a unicidade dos diferentes países

reside tão-só no modo diferente e específico como cada um se integra no sistema mundial. Para além disto, não é legítimo falar de originalidade. A originalidade é a diferença sem limites e, como tal, pode ser facilmente postulada. Ao contrário, a diferença é a originalidade limitada e, como tal, tem de ser determinada com a possível objectividade.

A análise das diferenças, ao contrário da análise das originalidades, dispensa a análise psicanalítica e exige a análise sociológica, no sentido amplo das análises produzidas pelo conjunto das ciências sociais. Neste domínio, as dificuldades com que nos deparamos são enormes. Duas merecem referência especial: uma institucional e outra teórica.

Tem sido escasso e mal orientado o apoio institucional ao desenvolvimento das ciências sociais em Portugal nos últimos quinze anos. Temos uma comunidade jovem e actualizada de cientistas sociais. Quando comparada com a comunidade dos analistas míticos e psicanalíticos, é mais actualizada. No entanto, tem tido muito menos apoio institucional que esta última. Apoio institucional entende-se aqui no seu sentido mais amplo, incluindo as políticas culturais e científicas do Estado, os meios de comunicação social, a produção de opinião por parte de interesses organizados (associações, partidos, etc.). O brilho das análises dos analistas míticos e psicanalíticos constitui um capital simbólico altamente rentável em democracia. O modo específico de o poder político democrático não levar a sério as suas elites culturais, sem se privar dos dividendos que elas geram, consiste em neutralizá-las culturalmente através da cooptação política. Porque não têm o “peso da realidade social” (a pesar-lhes, pelo menos, na consciência), as elites culturais de matriz mítica e psicanalítica são mais facilmente mobilizáveis para investimentos conjunturais julgados importantes pelo poder político. Ao nível dos meios de comunicação social e dos interesses organizados, a utilização destas elites deriva sobretudo da sua capacidade para produzir conhecimento instantâneo e cúmplicemente dissonante.

A comunidade dos cientistas sociais tem tido muito menos apoio institucional e a manifestação mais clamorosa e mais escandalosa disso mesmo têm sido os programas de desenvolvimento científico financiados pela comunidade europeia, a começar pelo Programa Ciência. Tais programas, quando não excluem totalmente do seu âmbito as ciências sociais (como sucedeu com o Programa Ciência), conferem-lhe um lugar secundaríssimo, o que é particularmente grave no nosso caso pelo facto de as ciências sociais estarem numa posição consolidada de *take off* e, portanto, em condições de garantirem a médio prazo um conhecimento fiável, plural e complexo sobre a sociedade portuguesa. Mas além de

grave, esta exclusão é insensata, uma vez que, dada a qualidade dos recursos humanos, o seu baixo nível etário e a sua socialização ainda dominante numa atitude de dedicação entusiasta pelo trabalho científico, o investimento, mesmo moderado, nesta comunidade produziria certamente importantes e abundantes resultados científicos.

Os mega-programas comunitários são, assim, tanto programas de conhecimento como programas de desconhecimento. São, acima de tudo, programas de desconhecimento social. Cabe, pois, perguntar a quem e porquê interessa a produção deste desconhecimento. As ciências físico-naturais aplicadas estão especificamente apetrechadas para determinar diferenças quantitativas, por exemplo, diferenças de desenvolvimento tecnológico. Ao contrário, as ciências sociais estão apetrechadas tanto para determinar diferenças quantitativas (níveis de rendimento, taxas de mortalidade, etc.), como diferenças qualitativas (estrutura de classes, padrões de consumo e suas relações com padrões de produção, características da sociedade civil, etc.). Enquanto as diferenças quantitativas legitimam os modelos de desenvolvimento sócio-económico hegemónicos, as diferenças qualitativas podem ser indicativas da necessidade de buscar modelos alternativos de desenvolvimento.

Ora, neste momento, dado o *tipo* de integração na comunidade europeia que se adoptou, há um interesse político em suprimir qualquer questionamento do modelo de desenvolvimento hegemónico. Por isso, os mega-programas de desenvolvimento científico visam, por um lado, produzir conhecimentos sobre tudo aquilo em que somos diferentes porque somos menos em relação aos países da comunidade e, por outro lado, visam produzir desconhecimentos sobre tudo aquilo em que somos diferentes, porque, mais ou menos, somos qualitativamente distintos.

5. Portugal é uma sociedade de desenvolvimento intermédio. A sua análise é particularmente complexa e não é possível sem ousada inovação teórica.

Para além das dificuldades institucionais, as ciências sociais defrontam em Portugal algumas dificuldades teóricas. Portugal é uma sociedade de desenvolvimento intermédio. Algumas características sociais (taxa de crescimento populacional, leis e instituições, algumas práticas de consumo, etc.) aproximam-na das sociedades mais desenvolvidas, enquanto outras (infra-estruturas colectivas, políticas culturais, tipo de desenvolvimento industrial, etc.) a aproximam das sociedades menos desenvolvidas. Ora, as teorias e as categorias analíticas utilizadas pelas ciências sociais para caracterizar os processos e estruturas sociais foram criados

tendo em vista, quer as sociedades centrais ou mais desenvolvidas (o chamado primeiro mundo), quer as sociedades periféricas (o chamado terceiro mundo) e adequam-se mal a caracterizar sociedades intermédias, como Portugal. Se tomarmos em conta os indicadores sociais normalmente utilizados para contrastar o primeiro e o terceiro mundos (classes sociais e estratificação social; relações capital/trabalho; relações Estado/sociedade civil; estatísticas sociais; padrões de consumo ou de reprodução social, etc.) conclui-se facilmente que Portugal não pertence a nenhum desses mundos.

Na ausência de adequada inovação teórica, corre-se o risco de analisar a sociedade portuguesa pela negativa, por aquilo que ela não tem quando comparada, quer com as sociedades centrais, quer com as sociedades periféricas. Tal negatividade é uma outra forma de desconhecimento e por isso também campo fértil de análises míticas e de estipulações de exotismo, que são, neste caso, efeitos da inadequação dos instrumentos analíticos. A inovação teórica visa captar a especificidade das nossas práticas sociais, económicas, políticas e culturais de molde a convertê-las em potencialidades universalizantes num sistema mundial caracterizado pela concorrência inter-Estados.

Não se trata de insuflar nacionalismos reactivos ou reaccionários mas de medir riscos e identificar – se não mesmo, inventar – oportunidades numa dinâmica transnacional cada vez mais volátil. Em 1762, Rousseau criticava, em *O Contrato Social*, Pedro Grande da Rússia por não respeitar a identidade nacional russa: “quis fazer alemães, ingleses quando era preciso começar a fazer russos; impediu os seus súbditos de se tornarem alguma vez no que eles poderiam ser, persuadindo-os de que eram o que não são” (1968:125). É conhecida a reacção encolerizada que esta apreciação de Rousseau suscitou em Voltaire. Entre as posições destes dois ilustres *philosophes* é necessário identificar a dialéctica do nacional e do transnacional, do local e do universal. Afinal Afonso Duarte vislumbrou-a em dois versos lapidares:

“Quero ser europeu: quero ser europeu
Num canto qualquer de Portugal”

6. Os portugueses são portugueses. Não são, por exemplo, espanhóis diferentes. O que os portugueses são ou não são é cada vez mais o produto de uma negociação de sentido de âmbito transnacional.

As trocas de bens materiais e de bens simbólicos a nível mundial intensificaram-se muito nos últimos vinte anos devido a três factores principais: a transnacionalização dos sistemas produtivos (um dado produto final pode ser constituído

por n partes produzidas em n países diferentes); a disseminação planetária de informações e imagens; e a translocalização maciça de pessoas enquanto turistas, trabalhadores migrantes ou refugiados. Esta intensificação das interacções globais parece desenvolver-se segundo uma dialéctica de desterritorialização – reterritorialização.

Com a intensificação das interacções e das interdependências, as relações sociais desterritorializam-se na medida em que passam a cruzar fronteiras que até há pouco estavam policiadas por alfândegas, nacionalismos, línguas, ideologias e frequentemente por todos eles ao mesmo tempo. Com isto, os *direitos a opções* multiplicam-se indefinidamente e o Estado nacional, cuja principal característica é a territorialidade, deixa de ser uma unidade privilegiada de interacção e torna-se mesmo relativamente obsoleto. Mas, por outro lado, e em aparente contradição com este processo, estão a emergir novas identidades locais e regionais construídas na base de novos e velhos *direitos a raízes*.

Este novo-velho localismo, até há pouco considerado como um resíduo da pré-modernidade, é agora recodificado como pós-moderno e assume mesmo uma dimensão epistemológica, com a reivindicação de um conhecimento local, desde a crítica dos cânones literários e artísticos hegemónicos até à revitalização de novos-velhos fundamentalismos (islâmico, judaico, neoliberal). Este localismo, que é por vezes protagonizado por povos translocalizados e não é, nessa medida, reconduzível a um específico *genius loci*, assenta sempre na ideia de território, seja ele imaginário ou simbólico, real ou hiper-real. As relações sociais em que se traduz são investidas de uma complexa tensão interna, uma vez que a sua desterritorialização corre a par da sua reterritorialização. Os discursos convencionais sobre a “identidade nacional” ou sobre o “carácter nacional” têm sido construídos a partir de um *genius loci* mitificado abstracto e mistificador e os mais recentes têm-nos glosado (ou pouco mais) e tem ignorado sistematicamente a dialéctica acabada de referir, com a excepção, nem sempre conseguida, de Eduardo Lourenço.

Num “estudo” sobre o “carácter nacional português”, Jorge Dias traça assim, em 1950, a “personalidade de base” dos portugueses. “O português é um misto de sonhador e de homem de acção, ou, melhor, é um sonhador activo, a que não falta certo fundo prático e realista”. “Há no português uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, ideias e seres, sem que isso implique perda de carácter”. “O português tem vivo sentido da Natureza e um fundo poético e contemplativo estático diferente do dos outros países latinos” (1971: 19). “O português não degenerou”. “No momento em que o português é chamado a

desempenhar qualquer papel importante, põe em jogo todas as suas qualidades de acção, abnegação, sacrifício e coragem e cumpre como poucos”(1971: 20). “Embora não lhe falte, por vezes, um fundo prático e utilitário, o grande móbil é sempre do tipo ideal”(1971: 21). “Para o português, o coração é a medida de todas as coisas”(1971: 23). “O espírito português é avesso às grandes ilustrações, às grandes ideias que ultrapassam o sentido humano” (1971: 25). “O fundo contemplativo da alma lusitana compraz-se na repetição ou na imobilidade da imagem” (1971: 27). “É ainda essa enorme capacidade de adaptação uma das constantes da alma portuguesa” (1971: 31). E, finalmente, “é um povo paradoxal e difícil de governar. Os seus defeitos podem ser as suas virtudes e as suas virtudes os seus defeitos, conforme a égide do momento” (1971: 33).

Duvido que o mesmo não possa ser dito a respeito de qualquer outro povo, ou de um qualquer grupo social adequadamente numeroso e estável. No entanto, este tipo de caracterização é quase consensual entre as nossas elites culturais e, à força de ser repetido, constitui um autêntico senso comum sobre os portugueses, o “arquétipo do homem português” que, segundo António Quadros, não deve ser confundido com variantes regionais e sociais e corresponde à transtemporalidade de um projecto nacional transmitido através de gerações (1986:78).

Trata-se de um senso comum fabricado pelas elites culturais, que como qualquer outro senso comum, é evidente e por isso dispensa qualquer verificação. É por isso hostil a qualquer análise sociológica: “daí que a aproximação sociológica, com os seus inquéritos e as suas entrevistas, pouco ou nada nos revele” (Quadros, 1986:79). Tal senso comum pode apenas ser ilustrado por infinitas instâncias de confirmação, sejam elas o manuelino, os géneros literários mais cultivados, o sebastianismo, o tipo de colonialismo, a estrutura da língua. Em qualquer dos seus matizes é um senso comum conservador, quer porque assenta numa visão naturalista da história, quer porque reivindica para as elites a responsabilidade da sua reprodução. É a “paideia essencialmente portuguesa” de que fala Quadros”, uma reivindicação que ou começa pelas elites, pelas classes letradas, ou nunca mais será possível” (1986:61).

Este senso comum assenta em três *topoi* retóricos fundamentais. O primeiro é o de que somos espanhóis diferentes. Somos-lhes contrapostos a partir de um fundo de cumplicidade. Para Jorge Dias, a religiosidade portuguesa não tem o carácter abstracto, místico ou trágico próprio da espanhola “tem... um cunho humano, acolhedor e tranquilo”. Por isso “não se erguem nas aldeias portuguesas essas igrejas enormes e solenes, tão características da paisagem espanhola” (1971:19, 24). Para Unamuno, entrevistado por António Ferro, “o português é

um castelhano sem ossos”. O castelhano tem algo de lagosta. O português, ao contrário, é como um polvo (Ferro, 1933a:175). Fidelino de Figueiredo salienta os contrastes entre a literatura espanhola e a portuguesa: “a épica espanhola, originalmente castelhana é medieva, popular e continental; a épica portuguesa é renascentista, culta, oceânica, impregnada de lirismo e corre sempre no leito que lhe cavou o génio de Camões. O lirismo português é constitucional originário; o lirismo espanhol é uma aquisição erudita, laborosa, tardia” (1935:135). Para Natália Correia, Espanha e Portugal são inseparáveis macho e fêmea (1988:62).

Neste jogo de espelhos, ora se salientam os contrastes, ora se salientam as cumplicidades. Se para Fidelino de Figueiredo a literatura portuguesa tem um fulcro desiberizante (1935:43), para Natália Correia “Portugal é o grande intérprete da Espanha das Espanhas” (1988:31). Tal como antes dela Ricardo Jorge partia do “caos étnico da península ibérica” para defender que, fora o amor à independência, “no mais somos hispanos, hispana é a terra, hispana é a gente” (1922:5). Quase ao mesmo tempo, António Sardinha baseava a sua proposta do “supranacionalismo hispânico” e da “internacional cristã” no facto de que os hispânicos, “não tendo do ‘homem’ uma ideia de ‘indivíduo’ mas de ‘pessoa’, a sua expansão determina-se por um irreprimível instinto universalizador porque a ‘pessoa’ se lhes manifesta em inteira coincidência com a humanidade” (1924:VII).

Por outro lado, as comparações, ora nos favorecem (Jorge Dias, Fidelino de Figueiredo), ora nos desfavorecem (Eduardo Lourenço). Para este último, a Espanha, além de ser “um dos grandes milagres deste fim de século”, é “uma das poucas culturas míticas do ocidente”, “não é um povo que se possa esquecer ou se deixe esquecer”. Enquanto, “o nosso caso foi – é – um pouco diferente. Por natural fragilidade nossa, em parte, por uma boa dose de incúria também” (1988:79, 81, 84).

O segundo *topos* do senso comum elitista sobre os portugueses é que no carácter português se misturam elementos contraditórios, o que lhe confere uma ambiguidade e uma plasticidade especiais. Segundo Jorge Dias, a saudade é um estado de alma *sui generis* que deriva de uma “mentalidade complexa que resulta da combinação de factores diferentes e, às vezes opostos”, combinação de “três tipos mentais distintos: o lírico sonhador – mais aparentado com o temperamento céltico – o fáustico de tipo germânico e o fatalístico de tipo oriental (1971:20). Para Agostinho da Silva, “é de portugueses a união de contrários” (1988:97), enquanto para Natália Correia a “plasticidade do homem português” decorre de nele confluírem três grandes influências contraditórias, a mediterrânica,

a atlântica e a continental (1988:8). Francisco Cunha Leão, citado por António Quadros, atribui aos portugueses “uma sensibilidade contraditória, ora afirmativa, ora depressiva” (1986:80); e o próprio António Quadros conclui que “a aparente indefinição do carácter português, apontado por alguns estrangeiros, é no fundo o resultado dessa tentativa interior de conciliação de contrários, evitando os radicalismos, conciliação de opostos como *terra e mar, cálculo e aventura, paciência e temeridade, sonho e matemática*” (1986:81). Finalmente, Eduardo Lourenço atribui ao “surgimento traumático” do Estado português o sermos “um rebento incrivelmente frágil para ter podido aparecer e misteriosamente forte para ousar substituir”. Do que resulta a “conjugação de um complexo de inferioridade e de superioridade” (1982:20-21).

O terceiro *topos* consiste na oscilação entre visões positivas e visões negativas da condição do “homem português”. Enquanto o primeiro estudo de Jorge Dias sobre o carácter nacional, datado de 1950, é optimista, o segundo estudo, datado de 1968, é profundamente pessimista. Pergunta se “poderemos, contudo, pensar que o carácter nacional se vai manter indefinidamente igual, quando as circunstâncias em que ele se formou se estão a alterar rápida e profundamente?”. Responde que não e entre as razões inclui muitos dos factores de transnacionalização que referi acima: “a acção do emigrante, do turista, do cinema, da televisão, das leituras baratas, das revistas de capas eróticas tem de fatalmente alterar a personalidade de base nacional”. Por isso “a brandura dos costumes e o temperamento cordial do nosso povo vão sendo substituídos por dureza e grosseria” (1971:43, 44, 46, 48). Para António Quadros, na esteira de Jorge Dias, “o homem português não degenerou, apenas está adormecido ou entorpecido” (1986:86). A negatividade da situação presente é que nela domina o Velho do Restelo sobre Gama: “o que parece dominar hoje em Portugal é a face negativa, nocturna, decaída do arquétipo, do modelo ou da imagem sublimatória que o Português já teve de si próprio” (1986:62). Um pessimismo semelhante perpassa a psicanálise mítica de Eduardo Lourenço, enquanto Natália Correia, mais optimista, atribui aos portugueses a incumbência exagerada de cumprirem “cabalmente a Espanha das Espanhas”.

O excesso mítico deste discurso, que é um só apesar de múltiplo, manifesta-se na arbitrariedade e selectividade com que manipula a história do país e na relação telescópica que estabelece com as transformações sociais, políticas, económicas e culturais do sistema mundial de que Portugal faz parte. Decidindo a seu bel-prazer o compromisso que lhe convém com a realidade sociológica passada e presente do país, é-lhe fácil assumir um carácter geral e abstracto,

declarar-se evidente e decretar o futuro. Não pode, pois, ser confrontado no seu terreno. Deve antes ser considerado um fenómeno sociológico em si mesmo e ser analisado como tal.

Enquanto senso comum das elites culturais, o discurso mítico diz certamente muito sobre elas e muito pouco sobre o cidadão comum. No entanto, na medida em que é permeável às evidências do discurso mítico e as interioriza, o cidadão comum integra-as na sua prática social e por essa via faz delas um senso comum de outro tipo, muito mais amplo, a suscitar uma análise sociológica diferente. A minha hipótese de trabalho é que, dada a distância entre as elites culturais e o cidadão comum, o nível de interiorização deve ser relativamente baixo.

As ciências sociais devem centrar-se na análise do modo específico como a dialéctica da desterritorialização/reterritorialização das práticas sociais se desenrola em Portugal. Três hipóteses merecem especial atenção: (1) o fim do longo processo de desterritorialização colonial suscita diferentes movimentos de reterritorialização (o impacto múltiplo do facto de o país retomar, depois de cinco séculos, os limites do seu território); (2) estes movimentos (de que a produção recente do senso comum sobre Portugal pelas elites culturais é apenas um exemplo) tenderão a assumir formas ambíguas e contraditórias, dada a emergência quase imediata de um novo processo de desterritorialização (a integração na comunidade europeia); (3) a deficiente maturação dos movimentos de reterritorialização daí decorrente pode conduzir à não identificação ou ao desperdício das oportunidades criadas pelo desterritório emergente da Europa.

O objectivo não pode quedar-se pela criação de um conhecimento científico-social sobre a condição de Portugal no sistema mundial. É importante, acima de tudo, transformar esse conhecimento num novo senso comum sobre os portugueses, menos mistificador mas mais proporcionado, menos celebratório mas mais eficaz, menos glorioso mas mais emancipador. Um senso comum auto-crítico que não tenha a veleidade de, com a sua generalidade, superar as muitas clivagens económicas, sociais, políticas e culturais que atravessam a sociedade portuguesa.

7. Portugal é uma sociedade semiperiférica. Fim do ciclo do império, está a renegociar a sua posição no sistema mundial. Não é possível que num futuro próximo seja promovido ao centro do sistema ou despromovido para a sua periferia. É mais provável que a sua posição intermédia se consolide em novas bases.

Referi na tese 5 que o conjunto dos indicadores sociais (no sentido mais amplo) confere à sociedade portuguesa o estatuto de sociedade de desenvolvimento

intermédio ou semiperiférico no contexto europeu, um estatuto que partilha com a Grécia, a Irlanda e, até certo ponto, com a Espanha. As sociedades de desenvolvimento intermédio exercem uma função de intermediação no sistema mundial, servindo simultaneamente de ponte e de tampão entre os países centrais e os países periféricos. O seu padrão de especialização, por exemplo, tende a ser dominado pelas produções que se desvalorizam no plano internacional e que portanto deixam de interessar aos países centrais, como pode ser paradigmaticamente ilustrado com o caso da produção têxtil nos últimos cinquenta anos.

No caso de Portugal, a função de intermediação assentou durante cinco séculos no império colonial. Portugal era o centro em relação às suas colónias e a periferia em relação à Inglaterra. Em sentido menos técnico, pode dizer-se que durante muito tempo foi um país simultaneamente colonizador e colonizado. Em 25 de Abril de 1974 Portugal era o país menos desenvolvido da Europa e ao mesmo tempo o detentor único do maior e mais duradouro império colonial europeu.

O fim do império colonial não determinou o fim do carácter intermédio da sociedade portuguesa, pois este estava inscrito na matriz das estruturas e das práticas sociais dotadas de forte resistência e inércia. Mas o fim da função de intermediação de base colonial fez com que o carácter intermédio que nela em parte se apoiava ficasse de algum modo suspenso à espera de uma base alternativa. Essa suspensão social permitiu que no pós-25 de Abril (entre 1974-1976) fosse socialmente credível a pretensão de Portugal de se equiparar aos países centrais e, mesmo em alguns aspectos, de assumir posições mais avançadas que as deles. Em 1978, o FMI destruiu a credibilidade dessa pretensão. Desde então, Portugal entrou num período de renegociação da sua posição no sistema mundial, procurando para ela uma base que preenchesse o vazio deixado pela derrocada do império. No início da década de oitenta era já claro que essa base teria como elemento fundamental a integração na comunidade europeia.

Porque a UE é o centro de uma das três grandes regiões do sistema mundial – os centros das outras regiões são o Japão e os EUA – a integração na UE tende a criar a ilusão credível de que Portugal, por se integrar no centro, passa a ser central, e o discurso político dominante tem sido o grande agente da inculcação social da imaginação do centro: estar com a Europa é ser como a Europa. Contudo, quando se analisa detalhadamente o interior do centro, é fácil verificar que a realidade segue um caminho diferente do dos discursos. Nos últimos dez anos, a diferença entre os rendimentos nacionais máximo e mínimos no interior da comunidade não se atenuou e, com respeito a alguns índices, aumentou mesmo

a distância social entre as regiões mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas da comunidade. O modelo de desenvolvimento seguido em Portugal nos últimos dez anos tem maior potencial periférico do que centralizante. Assenta na desvalorização internacional do trabalho português, ao optar por privilegiar, entre os sectores de exportação, aqueles que se encontram em crescente processo de desvalorização internacional, como, por exemplo, o sector têxtil. Em consequência, o padrão de especialização produtiva da nossa economia baixou nos últimos dez anos, enquanto o padrão espanhol aumentou. Portugal tem hoje uma das taxas mais baixas de desemprego da Europa, mas tem também uma das mais degradadas relações salariais. Ou seja, privilegiou-se a quantidade do emprego em detrimento da qualidade do emprego, o que sucede muitas vezes nos países periféricos.

Em suma, os sinais de despromoção são mais fortes que os sinais de promoção. Neste contexto, as relações entre Portugal e a Espanha assumem uma acuidade especial. Tal como a promoção do Brasil no sistema mundial correu de par com a despromoção da Argentina, é de perguntar se a promoção incontestável da Espanha, que alguns (o sociólogo Salvador Giner, entre outros) já consideram um país central, não acarretará a despromoção de Portugal. Reside aqui certamente uma das bases sociológicas para o mais recente surto de iberismo (Natália Correia, Eduardo Lourenço, Vasco Pulido Valente, João Palma Ferreira, entre outros). O “federalismo ibérico” está de facto já em curso, mas não por via de renascidas crenças em hispanidades míticas. Decorre, outrossim, em boa medida, a actuação das grandes multinacionais, que estabelecem os seus quartéis-generais em Madrid ou Barcelona e tomam como unidade de acção a península ibérica.

É provável que a integração na UE mantenha dentro de certos limites a despromoção de Portugal, mas não é menos provável que para isso a Europa se desenvolva a três velocidades: países centrais; Espanha; Irlanda, Portugal e Grécia. Se assim for, Portugal consolidará numa nova base a sua posição semi-periférica no sistema mundial. É mesmo possível que dessa posição façam parte certos elementos de continuidade com a relação colonial: Portugal procurando consolidar, agora no âmbito da UE, uma relação privilegiada com as suas antigas colónias, actuando mais uma vez (embora de modo muito diferente) como correia de transmissão entre o centro europeu e a periferia africana de expressão oficial portuguesa. Os discursos míticos da vocação atlântica bebem aqui algumas gotas de credibilidade.

8. Por via do tipo e da historicidade do seu nível de desenvolvimento intermédio, a sociedade portuguesa é muito heterogénea. Caracteriza-se por articulações complexas entre práticas sociais e universos simbólicos discrepantes, que permitem a construção social, tanto de representações do centro, como de representações da periferia.

O facto de Portugal ter sido, durante muitos séculos, simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa é o elemento estruturante básico da nossa existência colectiva. Portugal foi o único país colonizador a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem. Ao mesmo tempo que os nossos viajantes diplomatas e militares descreviam os curiosos hábitos e modos de vida dos povos selvagens com quem tomavam contacto no processo de construção do império, viajantes diplomatas e militares da Inglaterra ou da França descreviam, ora com curiosidade ora com desdém, os hábitos e modos de vida dos portugueses, para eles tão estranhos ao ponto de parecerem pouco menos que selvagens. Se os mistérios do “carácter nacional” fossem susceptíveis de desvendamento, seria de procurar nesta duplicidade de imagens e de representações a chave para a alegada plasticidade, ambiguidade e indefinição que os discursos mítico e psicanalítico atribuem ao “carácter do homem português”

Devido a um modo específico de formação de rendimentos e em particular ao peso dos rendimentos não-salariais das famílias, as normas de consumo são na nossa sociedade mais avançadas que as normas de produção. Enquanto aquelas nos aproximam dos países centrais, estas têm algumas perturbadoras semelhanças com os países periféricos (trabalho infantil, salários em atraso, repressão sindical na fábrica, etc.). A articulação entre ambas nas práticas quotidianas e nos mapas simbólicos de orientação da acção social dá origem a codificações surpreendentes e por vezes aberrantes da realidade, justificando, com igual credibilidade, representações sociais típicas das sociedades centrais, lado a lado com representações sociais típicas das sociedades periféricas. Talvez resida aqui o “mistério” da coexistência no “homem português” do complexo de inferioridade perante os estrangeiros ao lado de uma hipertrofia mítica gerando megalomanias e quimeras (Francisco Cunha Leão, António Quadros, Eduardo Lourenço).

A coexistência de representações sociais discrepantes e o seu accionamento diferenciado consoante os contextos da acção confere às práticas sociais uma certa instabilidade, que se manifesta como subcodificação e abertura a novos sentidos. Daí, a ponta de verdade das leituras idealistas do “português como

o polvo” (Unamuno), “com capacidade de adaptação a todas as coisas” (Jorge Dias) “essencialmente cosmopolita” (Fernando Pessoa).

A mesma articulação entre elementos heterogêneos é detectável em múltiplos domínios. Apenas um exemplo. Portugal seguiu um modelo de desenvolvimento agrícola e de relações agricultura-indústria muito diferente daquele que foi adoptado pelos países mais desenvolvidos da Europa. Em consequência, Portugal tem a mais elevada percentagem europeia de população a viver em meio rural e o operário português típico é ainda hoje um semiproletário, pluriactivo, isto é, obtém simultaneamente rendimentos do trabalho industrial e da agricultura. Será talvez por isso que “o português tem vivo sentido da natureza e um fundo poético e contemplativo estático diferente da dos outros povos latinos” (Jorge Dias).

A pequena agricultura familiar portuguesa não se modernizou como a europeia (mecanização, quimificação, gestão, comercialização), pelo que é frequentemente considerada como pré-moderna, subsistindo através de complexas articulações com a agricultura e a indústria modernas. Mas esta codificação como pré-moderna, é ela própria instável e aberta a outras codificações. A sobreprodução, a dedicação exclusiva e a degradação do meio ambiente que caracterizam a agricultura moderna têm vindo ultimamente a ser questionados, e a tal ponto que já se fala de uma crise final deste modelo de agricultura. Com a crise da agricultura moderna, o défice de modernidade da agricultura familiar portuguesa tende a atenuar-se. Aliás, a vingar a posição dos ecologistas, é bem possível que este modelo agrícola seja transcodificado e, de pré-moderno, passe a ser pós-moderno pelas combinações práticas e simbólicas que proporciona entre o económico e o social, entre o produtivo e o ecológico, entre ritmos mecânicos e ritmos cíclicos. Curiosamente, está na nossa condição semiperiférica (que inclui políticos e governos semiperiféricos) destruir este modelo por exigência (mal gerida) da integração na UE no preciso momento em que ele ganha credibilidade entre grupos emergentes cada vez mais numerosos, mas por enquanto sem poder para influenciar decisivamente a política europeia. Um dia teremos pateticamente de inventar, sempre com atraso, o que já tivemos quando éramos “atrasados”. Tal como já sucede hoje com o fomento da língua portuguesa nos países por onde andou o império e/ou a emigração.

A heterogeneidade social própria da articulação entre elementos pré-modernos, modernos e pós-modernos verifica-se muito para além dos sectores da produção material. No caso dos cuidados de saúde, por exemplo, a medicina popular desempenha um papel importante e é em muitas situações a medicina

de primeira instância. Tanto na sua versão naturalista (chás, endireitas, etc.), como na sua versão sobrenaturalista (bruxas, promessas, etc.), a medicina popular é usada, quer como primeira opção, quer como único recurso em face da inacessibilidade (física ou financeira) da medicina oficial. As deficiências do serviço nacional de saúde, em processo de liquidação, têm algo a ver com a “forte crença no milagre e nas soluções milagrosas” que Jorge Dias atribuiu ao “carácter nacional”. Como quer que seja, a produção de saúde em Portugal é o resultado de uma articulação complexa entre três tipos de produção médica: a medicina oficial estatal, a medicina oficial privada e a medicina popular.

A coexistência, a muitos outros níveis, da modernidade, da pré-modernidade e da pós-modernidade na sociedade portuguesa, uma coexistência dinâmica e aparentemente duradoura, é talvez o factor mais determinante da nossa especificidade a merecer uma análise sociológica cuidada, sobretudo no momento em que nos desterritorializamos de novo, desta vez na direcção do continente.

9. O Estado tem desempenhado em Portugal um papel privilegiado na regulação social. Um papel desempenhado com muita ineficiência e com muita distância entre representantes e representados. Daí a recorrência de fenómenos de carnavalização da política.

Nas sociedades de desenvolvimento intermédio o Estado tende a ser externamente fraco e internamente forte. A força do Estado reside menos na capacidade de governar por consenso (legitimação), como sucede nos Estados democráticos centrais, e mais na capacidade de mobilizar diferentes tipos e graus de coerção social (autoritarismo, tanto sob forma democrática do populismo e do clientismo, como sob a forma não democrática da ditadura). A história moderna do Estado português caracteriza-se por oscilações mais ou menos longas e acentuadas entre o predomínio da legitimação e o predomínio do autoritarismo, em que este último, sob diferentes formas, tem, no conjunto, dominado.

A centralidade do Estado é exercida com grande dose de ineficiência. Entre muitos outros factores que a explicam, deve salientar-se o facto de entre nós funcionarem, com muito mais dificuldades que nos Estados dos países centrais, as dicotomias que estão na base do Estado moderno, tais como as dicotomias: Estado/sociedade civil, oficial/não oficial, formal/informal, público/privado. A prevalência de fenómenos de populismo e de clientismo contribui em grande medida para que a lógica da acção do Estado (estatal, oficial, formal, pública) seja a cada passo interpenetrada, ou mesmo subvertida, por lógicas societárias particularísticas com influência suficiente para orientar a seu favor e de modo não

oficial, informal e privado, a actuação do Estado. Um fenómeno que, em geral, se pode designar por privatização do Estado (recursos estatais postos ao serviço de grupos de indivíduos e para a prossecução dos seus interesses particulares) e que em períodos democráticos transforma os partidos, sobretudo o governante, em mecanismos privilegiados de mobilidade social. Não será ousado pensar que reside aqui a faceta do “carácter nacional” para “sobrepôr a simpatia humana às prescrições gerais da lei”, a qual “fez com que durante muito tempo a vida social e pública girasse à volta do empenho ou do pedido de qualquer amigo. Pedia-se para passar nos exames, para ficar livre do serviço militar, para conseguir um emprego, para ganhar uma questão, enfim, para todas as dificuldades da vida”. E Jorge Dias acrescenta, mais ingenuamente do que lhe é usual: “hoje em dia (1950), tal hábito tradicional tem sido contrariado e já quase não existe” (1971:30).

Se a ineficiência clientelista cria intimidade entre o Estado e os grupos com poder social para a mobilizar, cria, por outro lado, distância em relação aos sectores sociais menos poderosos, os quais tendem a ser a maioria. Daí, a distância entre representantes e representados que tem conferido até aqui uma instabilidade grande aos períodos democráticos, ao mesmo tempo que ajudou à estabilidade de um regime não-democrático fundado constitucionalmente na distância, o Estado Novo.

Aliás, esta distância é um fenómeno mais vasto e, como já referi na tese 2, caracteriza também as relações (ou melhor, a ausência de relações) entre as elites culturais e as classes populares. Manifestação disso mesmo, e para me limitar a um tema já mencionado, é a falta de repercussão social, bem assinalada por Fernando Catroga, dos vários surtos de iberismo enquanto tópico de debate entre as elites culturais. Entre 1850 e 1880 publicaram-se 150 títulos sobre a questão ibérica sem que o debate extravasasse para qualquer movimento social significativo (Catroga, 1985:419 e ss.).

A distância entre representantes e representados torna possível a carnavalização da política. Por carnavalização da política entendo a assimilação mimética de padrões de actuação dos Estados e das sociedades políticas (em sentido gramsciano) dos países centrais, sem que os agentes políticos os interiorizem nas orientações operacionais da acção política e os convertam em práticas políticas coerentes e duradoras. Este tipo de assimilação produz um efeito de descanonização dos processos ideológicos, um distanciamento lúdico perante os efeitos da governação e confere a esta um tom geral fársico.

São muitas as manifestações da carnavalização da política. Dou dois exemplos, um, do Estado, e outro, da sociedade política. O primeiro consiste na

enorme discrepância entre o direito e a realidade social. No seguimento da revolução de 25 de Abril de 1974, foi promulgada legislação social semelhante à que vigora nos países centrais da Europa, se não mesmo mais avançada. Muita dessa legislação não foi até hoje revogada e, no entanto, não tem sido aplicada senão muito selectivamente, pelo que as nossas práticas sociais vigentes são muito mais retrógradas que as leis que pretensamente as regulam. Esta discrepância é tolerada, e até mesmo produzida, pelo próprio Estado, um fenómeno que noutra lugar designei por Estado paralelo: o Estado compromete-se formalmente com um certo padrão de legalidade e de regulação social, mas descompromete-se dele, na prática, por omissão ou por vias informais (Santos, 1990:193 e ss.).

O segundo exemplo diz respeito à sociedade política. A carnavalização e a descanonização dos processos ideológicos estão bem patentes no facto de, até agora (Novembro de 1990), o partido comunista português e o partido “Os Verdes” terem formado, sem escândalo nem ridículo públicos, uma coligação eleitoral, apesar de a estratégia de desenvolvimento socio-económico comunista, de raiz estalinista, estar nos antípodas daquilo que o partido ecológico afirma defender.

Perante o espectáculo da carnavalização da política, não admira que “o Português” se tenha afeiçoado “a convicções negativistas, nomeadamente ao nível político e educativo que o conduzem ao auto-envenenamento mental” (Quadros, 1986:84).

10. A sociedade civil portuguesa parece fraca porque não se organiza segundo os modelos hegemónicos, os que têm predominado nos países centrais da Europa. Constitui, por exemplo, uma forte sociedade-providência que tem colmatado, pelo menos parcialmente, as deficiências da providência estatal.

É comum considerar-se que em Portugal a sociedade civil é fraca. Nos últimos anos tem-se atribuído essa fraqueza à asfixiante força do Estado, pelo que se recomenda o enfraquecimento deste para que a sociedade civil possa finalmente prosperar. A concepção da fraqueza da sociedade civil vem de longe, do pensamento liberal do século XIX, e ao longo dos últimos 150 anos serviu, ora para justificar a força do Estado, ora para justificar o enfraquecimento deste. Com maiores pretensões sociológicas, Demolins classificava em 1909 a sociedade portuguesa entre as “sociedade dominadas ou referenciadas pela formação comunitária” e caracterizava-a do seguinte modo: “a desorganização da comunidade deixa os indivíduos geralmente pouco capazes duma iniciativa

pessoal enérgica, o que assegura o predomínio dos poderes públicos com um desenvolvimento exagerado do regime administrativo e da política. Influências estranhas muito activas” (1909:18).

A ponta de verdade desta concepção está em que a sociedade portuguesa não tem uma tradição de organização formal, centralizada e autónoma de interesses sociais sectoriais bem definidos (interesses dos empresários, interesses dos trabalhadores, etc.), capaz de gerar parceiros sociais fortes em permanente diálogo conflitual entre si e com o Estado. É este o modelo de organização da sociedade civil nos países centrais da Europa, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial e, como é sabido, só nos últimos quinze anos tem vindo a ser ensaiado em Portugal. Daí, a hipertrofia da regulação estatal mencionada na tese anterior e também o facto de a dimensão autoritária ter sobrepujado a dimensão de legitimação. Expressão disso mesmo é o facto de o Estado português não ser um Estado-providência em sentido técnico e de nele não ser fácil destringir entre a componente social e a componente repressiva. Porque as políticas sociais não são adequadamente realizadas (por exemplo, cria-se um serviço nacional de saúde mas não se dota de recursos financeiros adequados), a distribuição dos benefícios é selectiva e autoritária, sujeita a critérios subjectivos de agentes ou serviços que criam nos clientes ou destinatários dessas políticas situações de dependência e de sujeição, de punição ou de recompensa em tudo semelhantes às que são típicas do Estado repressivo.

Mas se Portugal não tem um Estado-providência, tem, no entanto, uma forte sociedade providência que colmata em parte as deficiências da providência estatal, uma sociedade organizada informalmente segundo modelos tradicionais de solidariedade social. Entendo por sociedade-providência as redes de relações de interconhecimento, de interreconhecimento e de ajuda mútua baseadas em laços de parentesco, de vizinhança e comunitários, através dos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e segundo uma lógica de reciprocidade que se aproxima da relação de dom analisada por Marcel Mauss.

Basta observar – e comparar com o que se passa nos países centrais da Europa – os milhares de pessoas que todos os fins-de-semana visitam os doentes internados nos hospitais centrais para aquilatar da presença e da força da sociedade providência entre nós. A solidariedade social que ela exprime tem a ver em grande medida com universos simbólicos típicos das sociedades rurais, os quais, no entanto, se reproduzem, sob novas formas, em meios urbanos, sobretudo naqueles em que a articulação entre a componente rural (passada ou presente)

e a componente urbana das famílias se mantém. A forte presença da pequena agricultura familiar e a elevada percentagem da população pluriactiva e a viver em meio rural são outros tantos factores explicativos da sociedade-providência.

A extrapolação idealista a partir deste dado sociológico transforma “o português” em um homem “profundamente humano”, que “não gosta de fazer sofrer e evita conflitos”, que “possui um grande fundo de solidariedade humana” e é “extraordinariamente solidário com os vizinhos” (Dias, 1971:19 e ss.). E a mesma extrapolação idealista está na base da “brandura dos nossos costumes” em que Salazar fazia assentar a diferença entre a sua ditadura e a de Mussolini (A. Ferro, 1933b:76).

II. Portugal não tem destino. Tem passado, tem presente e tem futuro.

Uma das constantes do pensamento mítico e do pensamento psicanalítico social é de que Portugal tem um destino, uma razão teológica que ainda não cumpriu ou que só cumpriu no período áureo dos descobrimentos e que o défice de cumprimento só pode ser superado por um reencontro do país consigo mesmo, a solo ou no contexto da Espanha das Espanhas ou no contexto da Europa ou, ainda, no contexto do Atlântico. O discurso produzido por este tipo de pensamento, embora internamente diferenciado, tem uma matriz própria que designo por *jeremiada nacional*. É um discurso de decadência e de descrença e quando projecta uma ideia positiva do país fá-lo de modo elitista e desfocado e por isso está sempre à beira da frustração, da queda e do ressentimento.

São duas as patologias principais da *jeremiada nacional*: o iberismo e o nacionalismo. Há obviamente diferentes versões de um e de outro, umas mais conservadoras do que outras. Se o nacionalismo tem sido ora “tradicionalista” (quase sempre) ora “racionalista” (a geração de 70), o iberismo (unitarista ou federalista; político ou cultural) tem sido, ora a “internacional cristã” (Sardinha), ora republicano e socializante (Antero e Oliveira Martins). Daí que, sendo pólos do mesmo tipo de discurso, haja entre eles uma grande cumplicidade e tenham mesmo sido frequentemente combinados no pensamento do mesmo autor. Por um lado, o espantalho iberista tem feito muitas vezes dançar o espantalho nacionalista. No século XIX, a exaltação iberista corre de par com o culto do 1º de Dezembro (Catroga, 1985:437). Por outro lado, o iberismo surge muitas vezes como forma de nacionalismo alargado (Antero, Oliveira Martins, Natália Correia). Na segunda metade do século XIX, os federalistas ibéricos apresentavam-se como nacionalistas defensores de uma posição que permitiria a Portugal recuperar o prestígio internacional, libertando-se do protectorado inglês (M.

Mascarenhas, 1980:18). Sinibaldo Mas propunha para capital da Ibéria, Santa-rém, a salvo da influência francesa e da esquerda inglesa (Catroga,1985:428).

Mas por detrás da “civilização ibérica” está sempre o receio das pretensões hegemónicas da Espanha. Oliveira Martins, escrevendo a propósito do centenário da descoberta da América, comenta em 1888, parecendo fazê-lo em 1988: “vemos a Espanha levando-nos pela mão, convidar para Madrid as nações neo-peninsulares da América em seu e nosso nome, sem autorização do nosso governo” (1923:140 ss.).

A jeremiada nacional tem de ser confrontada com argumentos proporcionados. E há condições para isso, uma vez que Portugal está finalmente reduzido às suas proporções. Sem triunfalismo nem miserabilismo (cada um traz o outro no seu logó), é necessário analisar os riscos e as oportunidades, avaliar os recursos e os modos de os rentabilizar num sistema de interações transnacionais cada vez mais dinâmicas. Sem cair na tentação antropomorfizante do discurso mítico e psicanalítico, impõe-se uma atitude cordial com Portugal. Portugal não pode estar constantemente na posição de ter de prestar contas perante os seus intelectuais, ainda por cima sabendo que nunca as prestará a contento. Os intelectuais, os diferentes grupos de cidadãos e de interesses e as diferentes classes sociais é que têm de se habituar a fazer contas e a não confiar em destinos nacionais ou horóscopos colectivos. Uns e outros são sempre expressão de um défice de presente que projecta num futuro excessivo o excesso de passado. Se algo caracteriza o tempo actual é antes um excesso de presente que tem condições para deixar o passado ser passado e o futuro, futuro.

A luta por argumentos proporcionados será contudo difícil. Em grande medida essa dificuldade reside em que o regresso à nossa territorialidade ocorre no momento da emergência de um novo desterrítório, a Europa da UE e do Acto Único Europeu. O discurso e a prática da nossa integração na Europa comunitária e a reprodução de imagens de centro que suscitam correm o risco de produzir novas desproporções na avaliação da nossa contemporaneidade. E será tanto mais assim quanto o Europacentrismo for a outra face do lusomerdismo. Tem razão João Martins Pereira quando afirma que a integração na UE parte “da total desconfiança nas energias e capacidades nacionais” (1983:52).

Enquanto produto/produtor da Europa, Portugal tem de encontrar o seu “nicho de mercado” que lhe permita valorizar os seus recursos materiais, humanos e simbólicos. Dessa contabilização farão certamente parte, tanto o iberismo, como o nacionalismo, um e outro virados para o futuro. Neste contexto é sobretudo importante que o Mercado Único de 1992 não seja a versão

de fim de século do Ultimatum inglês de 1890. Um auto-ultimatum. Mais uma descoberta de Portugal, pela negativa.

A integração ibérica é uma componente importante da integração europeia. Não se faz hoje com discursos míticos ou psicanalíticos, nem tão pouco com os caminhos-de-ferro, como sucedeu na segunda metade do século XIX. Está a fazer-se, como já referi, por acção das multinacionais e terá de envolver muita negociação e inovação para não acarretar a despromoção da nossa economia e da nossa cultura. Por isso, é errado pensar, como pensa João Martins Pereira, que todo o nacionalismo é conservador (1983:21). Nas condições actuais de transformação do sistema mundial, os processos de reterritorialização e de identificação local e regional são demasiado diversos para poderem ser monoliticamente avaliados. No caso concreto da integração europeia, é já visível que o tipo de organização de interesses que tende a dominar (mais pluralista e menos corporativista) obriga a negociações de interesses nacionais em que se combinam de modo diferente interesses do capital e interesses do trabalho. Há pois que avaliar o diferente peso e a natureza de cada um desses interesses antes de julgar o conteúdo político da defesa dos “interesses nacionais”.

Dada a dinâmica transnacional da época presente, não é possível postular futuro e muito menos futuros nacionais. Apenas se poderá dizer que, para ser nosso, o futuro que tivermos não poderá ser reduzido ao futuro dos outros.